

apartes

NÚMERO 5 - JANEIRO-FEVEREIRO/2014

Distribuição gratuita

Atentado ou acidente?

Ex-presidente Juscelino Kubitschek foi assassinado pela ditadura militar, afirma Comissão Municipal da Verdade



Violência sexual
CPI aponta exploração de crianças em parques de SP

Yukishigue Tamura
A história do primeiro nissei eleito no Brasil



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Mesa Diretora

Presidente: José Américo (PT)
1º Vice-Presidente: Marta Costa (PSD)
2º Vice-Presidente: George Hato (PMDB)
1º Secretário: Claudinho de Souza (PSDB)
2º Secretário: Conte Lopes (PTB)
1º Suplente: Gilson Barreto (PSDB)
2º Suplente: Dalton Silvano (PV)
Corregedora: Sandra Tadeu (Democratas)

Vereadores da 16ª Legislatura (2013-2016)

Abou Anni (PV) - suplente em exercício, Adilson Amadeu (PTB), Alfreidinho (PT), Andrea Matarazzo (PSDB), Antonio Carlos Rodrigues (PR) - licenciado, Ari Friedenbach (PROS), Arselino Tatto (PT), Atilio Francisco (PRB), Aurélio Miguel (PR), Aurélio Nomura (PSDB), Rubens Calvo (PMDB), Celso Jatene (PTB) - licenciado, Claudinho de Souza (PSDB), Conte Lopes (PTB), Coronel Camilo (PSD) - suplente em exercício, Coronel Telhada (PSDB), Dalton Silvano (PV), David Soares (PSD), Donato (PT), Edemilson Chaves (PP), Edir Sales (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB) - licenciado, Floriano Pesaró (PSDB), George Hato (PMDB), Gilson Barreto (PSDB), Goulart (PSD), Jair Tatto (PT), Jean Madeira (PRB), José Américo (PT), José Políce Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Laércio Benko (PHS), Marco Aurélio Cunha (PSD), Mario Covas Neto (PSDB), Marquito (PTB) - suplente em exercício, Marta Costa (PSD), Milton Leite (Democratas), Nabil Bonduki (PT), Natalini (PV), Nelo Rodolfo (PMDB), Netinho de Paula (PC do B) - licenciado, Noemi Nonato (PROS), Orlando Silva (PC do B) - suplente em exercício, Ota (PROS), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Fiorilo (PT), Paulo Frange (PTB), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PV) - licenciado, Ricardo Young (PPS), Roberto Tripoli (PV), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Souza Santos (PSD), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Vavá (PT), Wadih Mutran (PP) - suplente em exercício

Expediente

Editor executivo: José Carlos Teixeira de Camargo Filho
Elaboração: CCI.3 - Equipe de Comunicação da CMSP
Supervisora: Maria Isabel Lopes Correa
Editor: Sándor Vasconcelos
Editor assistente: Rodrigo Garcia
Repórteres: Gisele Machado, Fausto Salvadori Filho
Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência e Diretoria de Comunicação Externa
Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes, Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha, Marcelo Ximenez
Diagramação: Elton Pereira
Editor de infografia: Rogério Alves
Estagiários: Bruna Cavalini, Hugo Ramallo, Pedro Santana, Raphaela de Oliveira, Tatiana Lamônica
Equipe executiva: Leandro Uliam, Livia Tamashiro
Unidade de apoio: Secretaria de Documentação - SGP.3 e Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1
CTP, impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Capa: Arte sobre foto de acervo do Palácio do Planalto e SXC (foto menor)

*Sua opinião é
muito importante para a
construção deste veículo
de comunicação pública*



Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br



Siga:
[@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)



Curta:
[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes)



Visite:
www.camara.sp.gov.br

apartes

Revista Apartes – Palácio Anchieta

Viaduto Jacaré, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista, São Paulo - SP
CEP 01319-900 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br

Tiragem: 10.000 exemplares

Periodicidade: mensal

Fechamento desta edição: 11/2/2014

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no site www.camara.sp.gov.br.



No final do ano passado, graças ao voto e à confiança dos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), fui escolhido para presidir a Mesa Diretora novamente. Dessa forma, durante 2014 estarei à frente do comando desta Casa, juntamente com os vereadores Marta Costa (primeira vice-presidenta), George Hato (segundo vice-presidente), Claudinho de Souza (primeiro secretário) e Conte Lopes (segundo secretário). A Corregedoria será de responsabilidade da vereadora Sandra Tadeu.

Na primeira edição deste ano da **Apartes**, destaque para mais um relatório final de um trabalho desenvolvido pela combatente Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog. A parceria entre a Comissão e esta revista, que no ano passado resultou em uma reportagem premiada com menção honrosa no Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo, desta vez aborda o episódio da morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek. As investigações dos vereadores apontam que, diferentemente da versão oficial de acidente, JK foi, na verdade, assassinado pela ditadura militar. Os detalhes dessa reviravolta na história estão na matéria *Emboscada para JK*.

Outras duas comissões da Câmara Municipal são temas de reportagens deste número. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou irregularidades nos estacionamento da capital concluiu que a maioria desses estabelecimentos está irregular não paga impostos e alguns ocupam espaços públicos irregularmente. A CPI também investigou a atuação de flanelinhas pela cidade, que intimidam motoristas e prestam um serviço de forma ilegal. Como parte da solução, os vereadores querem facilitar a emissão de licenças de funcionamento.

A outra CPI que finalizou seus trabalhos no ano passado tratou de uma realidade paulistana e brasileira que nos entristece muito: a exploração sexual infantil. Os membros da comissão realizaram várias diligências por toda a cidade, ouviram testemunhas e elaboraram o relatório final, apontando o problema e sugerindo soluções para que um dia possamos acabar com essa situação vergonhosa.

Por fim, resalto também um texto que é uma homenagem a uma comunidade de imigrantes que tem enorme responsabilidade na construção da cidade de São Paulo: o perfil de Yukishigue Tamura, o primeiro vereador de origem japonesa desta Câmara. Um fato histórico, já que Tamura, ao ser eleito parlamentar nesta Casa, tornou-se também o primeiro político descendente de japoneses a se eleger para um cargo fora do Japão.

Um excelente ano e uma ótima leitura a todos!



Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no site www.camara.sp.gov.br



SUMÁRIO

- 3 Palavra do Presidente**
- 6 Notas**
- 8 Eventos**
Gastronomia premiada
- 10 História**
Emboscada para JK
- 16 Perfil**
Yukishigue Tamura – A felicidade do pioneiro
- 25 Exploração Sexual Infantil**
Muitos envolvidos, nenhum responsável
- 30 CPI dos Estacionamentos**
Mais fiscalização e menos burocracia
- 32 Homenagem**
Paulistanos do mundo inteiro
- 35 Cultura**
Especializada nas questões paulistanas
- 37 Reparação**
Um viva à democracia

Lei sobre comida de rua é sancionada

O prefeito Fernando Haddad (PT) sancionou, em dezembro, a Lei 15.947/2013, que regulamenta a comercialização e a distribuição gratuita de comida nas ruas da cidade. A nova legislação prevê as regras para utilização de barracas desmontáveis, carrinhos e veículos automotores, também chamados de *food trucks*.

Um dos pontos da lei permite a venda de bebidas alcoólicas em vias públicas apenas em eventos, com a autorização específica da Prefeitura. A comida de rua da capital paulista foi assunto da edição de novembro/2013 da **Apartes**.

Legislação prevê regras para comércio ambulante



Angelo Damasc/CMSP



Fábio Lazari/CMSP

Mesa-redonda trouxe exemplos da Espanha e de Minas Gerais

Espanhol participa de debate sobre transporte público

Com o tema Novo modelo de gestão do transporte coletivo, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Transporte Coletivo da CMSP realizou uma mesa-redonda, em 13 de dezembro, que teve como convidados o espanhol Sergio Fernández Balaguer, chefe de projetos de cooperação internacional da Empresa Municipal de Transportes (EMT, uma espécie de SPTrans de Madri), e Daniel Marx Couto, diretor de Planejamento, Desenvolvimento e Implantação de Projetos da BHTrans, de Belo Horizonte.

Ambos destacaram a importância da tecnologia como ferramenta para melhorar a qualidade e o relacionamento do cidadão com o transporte público. Segundo Fernández, redes sociais e aplicativos de celular são ferramentas utilizadas com frequência pela EMT para se comunicar com os usuários do serviço. Já Couto disse que os ônibus de Belo Horizonte usam um sistema de fiscalização eletrônica para monitorar a pontualidade e a lotação dos veículos, critérios utilizados para garantir a remuneração às empresas.

Guarda Civil terá aposentadoria especial

A Câmara Municipal aprovou, em dezembro, projeto que concede aposentadoria especial para os membros da Guarda Civil Metropolitana (GCM). O Projeto de Emenda à Lei Orgânica (PLO) 16/2011, dos vereadores Abou Anni (PV) e Edir Sales (PSD), foi provado por unanimidade.

Com a mudança, os guardas municipais poderão se aposentar com salário integral após 30 anos de contribuição e pelo menos 20 anos na GCM (homens) e 25 anos de contribuição e 15 na corporação (mulheres).

Por ser uma emenda à lei orgânica, o projeto não precisa passar pela sanção do Executivo e foi promulgado pelo presidente da Câmara, José Américo (PT).

Educação especial para superdotados torna-se lei

Abordado na edição anterior da **Apartes**, o Projeto de Lei 352/2012 foi aprovado pelos vereadores e tornou-se a Lei 15.919/2013, que garante educação especializada para alunos da rede municipal de ensino identificados com altas habilidades, os superdotados.

A iniciativa, sancionada pelo Executivo, determina que estudantes com elevada potencialidade intelectual e aptidão especial para artes, entre outros talentos, terão acesso a currículos e recursos educacionais diferenciados, adequados às suas necessidades.

O atendimento especial terá início na educação infantil e deverá ser estendido por toda a vida escolar. A previsão para a implantação gradativa da educação especializada é de cinco anos.



Guilherme Garbato/CMSP

Som alto levará multa e carro pode ser apreendido

Lei do Pancadão é regulamentada

A Lei 15.777/2013, conhecida como Lei do Pancadão, criada e aprovada pelos vereadores paulistanos em maio passado e tema de matéria da **Apartes** de dezembro passado, foi regulamentada pela Prefeitura (decreto 54.734/2013).

Segundo o documento, a responsabilidade pela fiscalização ficará aos cuidados da Divisão Técnica de Fiscalização do Programa de Silêncio Urbano (Psiu) e da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras (SMSP).

A partir da regulamentação, podem ser multados, em valores que vão de R\$ 1 mil a R\$ 4 mil, aparelhos de som

de veículos estacionados em áreas públicas ou particulares que emitirem ruídos sonoros considerados de alto nível, especialmente à noite. Se houver descumprimento da ordem para diminuir o volume do som, o aparelho ou até o veículo poderão ser apreendidos.

A avaliação do nível do barulho será feita de acordo com as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para cálculo de ruído em áreas habitadas. Os limites em áreas estritamente residenciais são de 50 decibéis das 7h às 22h e de 45 decibéis para o restante do dia.

ERRATA

Na edição de novembro de 2013, a reportagem *Uma correção na história* afirma que a vereadora Elisa Kauffmann Abramovich morreu em 1943 (pág. 31). O correto é 1963.

Gastronomia premiada

Troféu reconhece trabalhos sobre a culinária da capital paulista

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Fazer uma refeição em grandes centros urbanos como São Paulo pode ser uma oportunidade de conhecer parte da cultura e tradição de vários países, tantas são as opções de pratos típicos da culinária internacional encontrados na capital. Essa variedade serve, também, de inspiração para reportagens jornalísticas e trabalhos acadêmicos. Em reconhecimento a essa vasta produção de comunicadores e estudantes, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) entrega, anualmente, o Troféu São Paulo: Capital Mundial da Gastronomia. Em 29 de novembro do ano passado, ocorreu a 16ª edição do evento.

Um dos premiados da noite foi o trabalho de conclusão de curso (TCC)

Comer e Lazer na Avenida Paulista: uma Proposta de um Mapa Gastronômico, da estudante de Lazer e Turismo Mônica da Silva Perez. O TCC foi apresentado à Universidade de São Paulo (USP) e traz um mapeamento de todos os restaurantes, bares, cafés e lanchonetes da via mais famosa da capital paulista. “Em nossa sociedade urbana, cronometrada pelo tempo de trabalho e regida pelo mercado, existe uma tendência à fuga do comum”, destaca Mônica, em seu trabalho. Segundo a estudante, uma das formas de se fazer essa fuga é buscar alimentos sofisticados e diferentes, principalmente em espaços públicos, que proporcionam interação social, troca de experiências e conhecimento do novo.

PIMENTA
A imagem ficou em 1º lugar e levou o troféu na categoria Fotografia



Equipe de Eventos CMSP

VENCEDORA

Vereador Ricardo Young entregou os troféus a Mônica da Silva Perez, da USP, e a outros contemplados

Além de premiar um texto acadêmico do curso de Turismo, Gastronomia, Hotelaria ou Jornalismo, o Troféu se destina a reportagens veiculadas em jornal, revista, rádio, TV e internet, foto publicada em jornal, revista ou internet, guia gastronômico da cidade de São Paulo, programa televisivo especializado e revista especializada (incluindo publicações de sindicatos e associações do setor). Em cada categoria são contemplados os três primeiros lugares.

Em 2013, inscreveram-se 169 trabalhos e reportagens. Os responsáveis pela seleção foram os vereadores da Comissão de Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia da CMSP: o presidente Senival Moura (PT), o vice-presidente Claudinho de Souza (PSDB), Ricardo Young (PPS), Vavá (PT), Aurélio Miguel (PR), Souza Santos (PSD) e Coronel Telhada (PSDB). Também julgaram os trabalhos a presidenta da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo de São Paulo, Miriam Petrone, e a diretora de Relações Sociais e Sindicais do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, Evany Sessa.

Para o vereador Ricardo Young, que presidiu a cerimônia de premiação, a iniciativa estimula o olhar da mídia para a gastronomia. Ele acredita que São Paulo não poderia ser “cosmopolita” e “internacional” se não fosse a forte atuação da gastronomia, uma das mais importantes do mundo e que compõe a própria identidade da cidade. O Troféu Gastronomia surgiu após uma ação da Associação Brasileira das Entidades e Empresas de Gastronomia, Hospedagem e Turismo (Abresi), que, em parceria com a Câmara, criou para a cidade de São Paulo o título de Capital Mundial da Gastronomia. Em 1995, a Associação e a CMSP formaram um grupo de trabalho para decidir as estratégias para dar o título ao Município.

A partir daí, a Abresi montou uma comissão formada por representantes oficiais de 40 países e 10 entidades internacionais, que estudaram as cozinhas presentes em suas respectivas capitais. O trabalho apontou que a culinária de 43 países

estava representada na cidade de São Paulo (atualmente, são 51). Durante congresso da Abresi em 1997, a comissão outorgou o título à capital paulista e também a Nova York, Tóquio, Roma, Madri, Lisboa, Cidade do México e Buenos Aires, além de Paris, como hors-concours.

Para mais informações sobre o Troféu, acesse www.camara.sp.gov.br, seção Prêmios Institucionais. Também é possível entrar em contato com a Equipe de Eventos da CMSP, pelo e-mail eventos@camara.sp.gov.br ou pelo telefone (11) 3396-4667.

estava representada na cidade de São Paulo (atualmente, são 51). Durante congresso da Abresi em 1997, a comissão outorgou o título à capital paulista e também a Nova York, Tóquio, Roma, Madri, Lisboa, Cidade do México e Buenos Aires, além de Paris, como hors-concours.

Para mais informações sobre o Troféu, acesse www.camara.sp.gov.br, seção Prêmios Institucionais. Também é possível entrar em contato com a Equipe de Eventos da CMSP, pelo e-mail eventos@camara.sp.gov.br ou pelo telefone (11) 3396-4667.

TROFÉU SÃO PAULO CAPITAL MUNDIAL DA GASTRONOMIA	
VENCEDORES - 2013	
REPORTAGEM	Comer menos para alimentar mais Lúcia Helena de Camargo Jornal Diário do Comércio
	Ensinando a comer Beatriz Marques Revista Menu - outubro de 2012
	Pé na cozinha - chef Bel Coelho Carolina Ercolin Rádio Bandeirantes de São Paulo
FOTOGRAFIA	Restaurateur Bernardo Ballenilla, Fábio Lima, Guilherme Zerbinato, Letícia Dongo e Pamela Domingues TV Gazeta
	Club Transatlântico – flashback 2013 Karl Stanzel Portal Club Transatlântico
REVISTA	Revista Espresso nº 40 Edição Especial de 10 anos
TRABALHO ACADÊMICO	Comer e lazer na Avenida Paulista: uma proposta de um mapa gastronômico Mônica da Silva Perez Universidade de São Paulo
GUIA	Em Dia Guia Delivery nº 24 Paulo César Cardoso
PROGRAMA DE TV	Dia Dia Eduardo Gaspar TV Bandeirantes

Emboscada para JK

Investigação da Comissão da Verdade conclui que ex-presidente Juscelino Kubitschek foi assassinado pela ditadura

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

Aquele é o homem que matou Juscelino Kubitschek.” Ao longo de anos e em diferentes lugares, o motorista de ônibus aposentado Josias Nunes de Oliveira se cansou de ver as pessoas apontarem para ele e fazerem esse comentário. “Aquilo me cortava por dentro”, contou em depoimento à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, da Câmara Municipal de São Paulo, em 1º de outubro do ano passado. “Fui acusado, fui humilhado, fui desfeito por isso”, relatou.

No mesmo depoimento, Josias disse ter sido procurado por dois desconhecidos, dias após a morte do ex-presidente, que lhe ofereceram uma mala cheia de dinheiro para assumir a responsabilidade pela

morte de Juscelino. “Se eu dissesse que era o culpado pelo acidente, aquele dinheiro seria todo meu”, afirmou. Ele recusou o dinheiro e passou os anos seguintes se dizendo inocente.

Mesmo assim, Josias não escapou de entrar para a história como o motorista do ônibus da Viação Cometa que, em 22 de agosto de 1976, chocou-se contra o Opala marfim onde estavam Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil entre 1956 e 1961, e seu motorista, Geraldo Ribeiro, na Rodo-

via Presidente Dutra, em Resende (RJ). O Opala dirigido por Geraldo teria feito uma ultrapassagem indevida do Cometa pela direita, na altura do atual km 331 da Dutra. Atingido pelo ônibus na traseira, o Opala perdeu o controle e invadiu a pista oposta na contramão, onde bateu numa carreta que ia para São Paulo. Ex-presidente e motorista morreram na estrada.

Pelo menos, era assim que Josias aparecia na história escrita até agora. Um relatório da Comissão Municipal da Verdade, divulgado em 9 de dezembro do ano passado, pretende mudar o enredo da história oficial. Após nove meses de investigação, analisando documentos e ouvindo dezenas de especialistas e testemunhas, a comissão concluiu que JK e seu motorista foram assassinados, vítimas de “conspiração, complô e atentado político”.

OPOSITORES ELIMINADOS

“Nós estamos pedindo que o Brasil declare que Juscelino morreu de morte matada, e não de morte morrida. Não foi acidente. Foi um atentado”, afirmou o vereador Gilberto Natalini (PV), presidente da Comissão, no lançamento do *Relatório JK*, em 10 de dezembro. Ele assina o documento ao lado da vice-presidente da Comissão, Juliana Cardoso (PT), do relator Mario Covas Neto (PSDB) e dos demais membros: José Police Neto (PSD), Laércio Benko (PHS), Ricardo Young (PPS) e Rubens Calvo (PMDB).

Enviado aos presidentes da República, do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e da Comissão Nacional da Verdade, o relatório reúne 90 “indícios,



PRESENTE
Juscelino
governou o
Brasil entre
1956 e 1961

A trajetória de Juscelino Kubitschek

12/9/1902

Nasce em Diamantina (MG)

- 1927 ● Forma-se em Medicina
- 1932 ● Atua no corpo médico na Revolução Constitucionalista
- 1934 ● Eleito deputado federal
- 1940 ● Nomeado prefeito de Belo Horizonte
- 1945 ● Eleito deputado federal
- 1950 ● Eleito governador de Minas Gerais
- 1955 ● Eleito presidente
- 1960 ● Inaugura Brasília
- 1961 ● Eleito senador por Goiás
- 1964 ● Ditadura cassa seu mandato

9/8/1976

Morre em Resende (RJ)

Fonte: Memorial JK - www.memorialjk.com.br



POLÍTICO
Kubitschek participa de inauguração da Rede Mineira de Viação, em Belo Horizonte

evidências, provas, testemunhos, circunstâncias, contradições, controvérsias e questionamentos” que apontam para a tese de homicídio.

O texto afirma que o regime militar decidiu eliminar Juscelino por temer as articulações que ele vinha fazendo para se lançar candidato nas eleições indiretas para presidente da República, em 1978, e sugere que a morte de JK faria parte de uma investida do governo para eliminar os principais opositores do regime naquela época.

“Em período de 272 dias, perderam as vidas, em condições suspeitas, três das maiores lideranças de oposição ao regime militar no Brasil”, afirma o relatório. Depois de Juscelino, morreram o presidente deposto João Goulart, em 6 de dezembro de 1976, e o ex-governador da Guanabara Carlos Lacerda, em 21 de maio de 1977. O relato da Comissão Municipal da Verdade sugere que as mortes podem estar relacionadas à Operação Condor, uma articulação entre as ditaduras militares do Chile, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai, da Bolí-

via e do Brasil criada para trocar informações e eliminar desafetos.

VERSÕES E BATIDAS

A conclusão de que JK e Geraldo morreram num acidente automobilístico foi registrada no inquérito policial de 1976 e reafirmada em

TESTEMUNHA

Josias, motorista de ônibus, e vereador Natalini em sessão da Comissão da Verdade



outras duas investigações posteriores: uma reabertura do caso conduzida pela polícia em 1996, que exumou o corpo de Geraldo Ribeiro, e o trabalho de uma comissão externa constituída na Câmara dos Deputados em 2001. Contrariando as três investigações anteriores, o Relatório JK sustenta que o motorista de Juscelino perdeu o controle após ser atingido por um tiro na cabeça.

Josias, que dirigia o ônibus Cometa, disse à Comissão que a batida contra o automóvel de JK nunca ocorreu. Segundo ele, o Opala seguia dentro do limite permitido para a rodovia na época, de 80 km/h, e, aparentemente sem motivo, “saiu para a esquerda” numa curva que “era para a direita”. Todos os nove passageiros do ônibus ouvidos no processo contra Josias também confirmaram não ter havido batida. O motorista, que continuou a trabalhar na Cometa anos após o suposto acidente, foi absolvi-

Operação Condor teve ações de seis governos

Nos anos 70, seis ditaduras sul-americanas uniram esforços para levar a repressão política além de qualquer fronteira. Com o objetivo de vigiar, perseguir e matar qualquer opositor onde quer que estivesse, os governos de Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai criaram a Operação Condor, que integrou as práticas de terrorismo de Estado realizadas pelas cúpulas militares daqueles governos. Segundo a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, a operação pode estar por trás da morte de Juscelino Kubitschek.

A Condor foi formalizada em 1975, em reunião realizada na Academia de Guerra do Exército, em Santiago (Chile), com representantes dos seis países. De forma embrionária, contudo, ações conjuntas entre as ditaduras já vinham ocorrendo pelo menos desde 1970, quando autoridades argentinas prenderam e torturaram o coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório a pedido dos militares brasileiros. A Operação Condor desconhecia fronteiras: além de atacar adversários políticos na América do Sul, praticou atentados na Europa e nos EUA.

O Relatório JK menciona uma carta enviada pelo coronel Manuel Contreras Sepulveda, diretor do serviço secreto chileno e um dos principais nomes da Operação Condor, ao general João Batista Figueiredo, então comandante do Serviço Nacional de Informações (SNI) e futuro presidente do Brasil, em 28 de agosto de 1975. Na carta, o militar chileno alerta para o apoio



RAPINA • Charge de Carlos Latuff para o site Brasil 247

que políticos do Partido Democrata norte-americano estariam oferecendo a dois inimigos das ditaduras latinas: o ex-ministro das Relações Exteriores do Chile Orlando Letelier e o ex-presidente brasileiro Juscelino Kubitschek. A mensagem deixa claro que as forças de repressão do Brasil já haviam traçado um plano para combater os dois adversários, e que contariam com o apoio dos colegas chilenos nessa tarefa. “O plano proposto por você para coordenar nossa ação contra certas autoridades eclesiásticas e conhecidos políticos social-democratas e democrata-cristãos da América Latina e Europa conta com nosso decidido apoio”, afirmou Contreras a Figueiredo.

Os dois nomes mencionados na carta tiveram mortes violentas. Em 21 de setembro de 1976, Letelier foi morto em um atentado a bomba ocorrido em Washington (EUA) – um crime pelo qual o general Contreras, em 1993, acabaria preso e condenado. Cerca de um mês antes do atentado contra Letelier, Juscelino e seu motorista haviam morrido na Dutra.

do duas vezes na Justiça das acusações pelas mortes de JK e Geraldo.

Outro testemunho reforçou a hipótese de Geraldo ter sido baleado. O motorista aposentado Ademar Jahn contou aos vereadores que viu o Opala quando seguia pela contramão, no sentido Rio-São Pau-

lo, instantes antes do choque com a carreta. “Ele afirmou ter visto o motorista do Opala debruçado, com a cabeça caída entre o volante e a porta do automóvel, não restando dúvida, de acordo com Jahn, de que o condutor se encontrava desatendido”, afirma o relatório.

O Relatório JK acusa a perícia realizada em 1976, pelo Instituto Carlos Éboli, do Rio de Janeiro, de substituir as fotos originais da traseira intacta do Opala por outras que mostravam a mesma traseira com sinais de batida. “Para esta Comissão da Verdade, a perícia oficial

LABORATÓRIO DE LAUDO NÚMERO 12.311/96
Referência: OSSADA 033/96 - GERALDO RIBEIRO

36



Fig. 27 - Aspecto do fragmento de prego enferrujado e corroído por ação do tempo, depositado na fossa posterior do crânio.

Continuação do laudo número 12.311/96
Referência: OSSADA 033/96 - GERALDO RIBEIRO

38



Fig. 28 - Vista mesoscópica (sob lupa estereoscópica) do fragmento metálico (prego), enferrujado e corroído por ação do tempo, após retirado do crânio.

Laudo mostra pedaço de metal achado no crânio do motorista de JK



FOTO Nº 31 - Complementa, de outro ângulo, as fotos anteriores.//

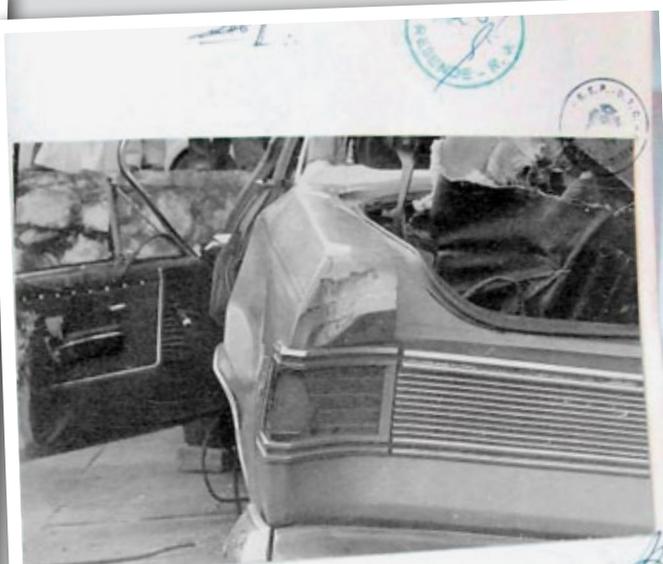


FOTO Nº 64 - Aspecto do ângulo traseiro esquerdo do veículo, com o enrrugamento do para-choque e a quebra da lanterna traseira.

Traseira do Opala de JK logo depois do acidente, intacta, e no pátio da delegacia, avariada

Fotos: Relatório JK

foi deliberadamente fraudada com o intuito de apontar um responsável pelo ‘acidente’”, afirma.

“CONTO DA CAROCHINHA”

Os vereadores também criticam a reabertura do caso, realizada em 1996, a pedido do ex-secretário particular de Juscelino, Serafim Jardim. Segundo eles, a perícia nos destroços do Opala, que concluiu não haver sinais de ação criminosa no automóvel, foi feita em um carro que tinha um número de motor diferente daquele que aparece no título de propriedade de Geraldo – ou seja, periciaram o carro errado. “Para Serafim Jardim, a análise foi propositadamente efetuada em outro carro, para impedir eventual resultado positivo”, diz o texto.

O perito criminal Alberto Carlos de Minas, que acompanhou a exumação de Geraldo em 1996, contou à Comissão que viu um furo no crânio do motorista, mas policiais o teriam impedido de fotografá-lo. Divulgado semanas depois, o laudo da exumação afirmou que o crânio estava esfarelado, a ponto de tornar impossível detectar um eventual buraco de bala.

A exumação encontrou um pedaço de metal, de dois milímetros, no crânio de Geraldo. O Instituto Médico Legal de Minas Gerais concluiu que o objeto era um pedaço do prego do caixão – conclusão repudiada pelos vereadores paulistanos. “Onde é que um prego de caixão vai entrar no crânio de um cadáver? Isso é conto da carochinha. Não sei como o País pode ter acreditado nisso. Acharmos que aquilo era um projétil”, diz Natalini. Para tirar as dúvidas, a Comissão pediu ao governo mineiro uma nova exumação de Geraldo.

Peritos e parentes contestam relatório

A tese de que Juscelino Kubitschek foi assassinado, defendida pela Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, recebeu críticas de parte dos profissionais que investigaram anteriormente o caso e de parentes das vítimas.

Uma das críticas partiu do perito Sérgio de Souza Leite, um dos responsáveis pelo laudo de 1976. “Meu trabalho é inconteste porque foi empregada a técnica produzida pela Academia de Patrulha Rodoviária da Califórnia. O laudo já foi estudado por criminalistas do mundo inteiro, sem nunca ter havido críticas”, afirmou ao jornal *O Globo*.

Em artigo publicado no mesmo jornal, Gil Castelo Branco, filho do falecido perito Francisco Gil Castello Branco, disse que seu pai “conduziu com extrema competência as investigações”, a ponto de ser elogiado pela viúva de JK, Sara Kubitschek. “Limitando-se a ouvir surradas e

infundadas ilações dos mesmos denunciadores e sem qualquer laudo ou estudo que possa comprovar o mirabolante assassinato, a comissão de vereadores perdeu o rumo”, afirmou.

Filha do motorista de JK, Geraldo Ribeiro, a advogada Maria de Lourdes Ribeiro também contesta a tese de homicídio, que considera “primária”. Em entrevista à revista *IstoÉ*, afirmou: “Meu pai não levou um tiro”.

O ex-deputado federal Paulo Octávio, marido da neta de JK, Ana Cristina Kubitschek, criador da comissão que em 2001 investigou a morte de Juscelino e reafirmou a tese de acidente, disse ao jornal *Correio Braziliense* que mantém a mesma convicção. “Ninguém provoca um acidente cronometrado. JK morreu por frações de segundos. Se o carro que ele estava cruzasse a pista um segundo depois, o caminhão não teria batido.”

O *Relatório JK* faz parte de uma série de iniciativas das Comissões da Verdade para reescrever a história vivida pelos brasileiros sob o autoritarismo. Uma dessas ações foi a devolução simbólica do mandato de 42 vereadores, injustamente cassados entre 1937 e 1969, realizada pela Câmara Municipal de São Paulo no ano passado. Também em 2013, a família do jornalista Vladimir Herzog, morto pela ditadura em 1975, conseguiu alterar a causa

da morte no seu atestado de óbito, de enforcamento para tortura. Uma nova tentativa de reescrita da história foi a exumação de João Goulart, em novembro, que busca verificar a hipótese de o presidente deposto ter sido morto por envenenamento, e não por ataque cardíaco, como disseram as autoridades da época. O que somente os próximos anos poderão revelar é qual será o lugar da morte de JK – e do *Relatório JK* – nessa história toda.



COLÔNIA
Como vereador,
participa do
evento Expo
Brasil Japão,
em 1979

Quando os primeiros imigrantes japoneses desembarcaram no Brasil, em 1908, eram considerados uma raça inferior por cientistas, médicos e políticos brasileiros, que sugeriam restringir a imigração nipônica para não prejudicar a raça brasileira. “Baste-nos o erro que consistiu na introdução do preto. Não reincidentamos no amarelo”, disse o deputado federal Fidélis Reis, em 1923. Com a entrada do País na Segunda Guerra Mundial, em 1942, o preconceito se juntou à perseguição política. Além de seres inferiores, os imigrantes passaram a ser vistos como agentes em potencial do império japonês, contra quem o Brasil estava em guerra – o “perigo amarelo”.

Nos anos 40, junto com italianos e alemães, os imigrantes vindos do Japão e suas famílias passaram a ser tratados como inimigos do Estado. Tiveram seus bens confiscados e foram proibidos de fazer reuniões públicas ou utilizar a própria língua. Agentes do governo expulsaram milhares de japoneses de suas casas, em Santos e no bairro paulistano da Liberdade. Em 1946, um ano após o final da guerra, a Assembleia Constituinte votou uma emenda proibindo a entrada de nipônicos no Brasil, que só foi rejeitada por um voto de diferença. Para piorar, eles também lutavam entre si: entre 1946 e 1947, a atuação da milícia nacionalista Shindo Renmei, que caçava os imigrantes que acreditavam na derrota do Japão no conflito mundial, deixou 23 mortos e 147 feridos.

Perseguida e dividida, a comunidade precisava de uma mudança. “Naquele momento, os japoneses buscavam mudar sua imagem diante da sociedade brasileira e dentro da própria colônia”, explica Célia Sakurai, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e especialista em história da imigração japonesa no Brasil. “Um dos caminhos encontrados para essa mudança foi a política.”

PERIGO VERMELHO X PERIGO AMARELO

Era uma boa época para descobrir a política. Em 1947, após o fim do Estado Novo, os municípios faziam suas primeiras eleições em 11 anos. Foi naquele ano que, pela primeira vez, os nisseis (brasileiros filhos de japoneses) se lançaram candidatos. Um desses pioneiros, o advogado Yukishigue Tamura, conseguiu 1.436 votos para o cargo de vereador, suficientes apenas para que fosse suplente. Mas sua situação mudou em 31 de dezembro, véspera da posse da nova Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou a cassação dos mandatos de 15 vereadores comunistas.

Era uma decisão autoritária, em que o Tribunal cedia ao medo do “perigo vermelho” disseminado durante a Guerra Fria, mas serviu para ajudar a vida de uma comunidade que era vítima de outra paranoia com nome colorido, o “perigo amarelo”. Com a saída dos comunistas, o suplente Yukishigue conquistou uma cadeira de

A felicidade do pioneiro

Quando o Brasil tratava japoneses com desconfiança, ele se tornou o primeiro político nipônico eleito fora do Japão

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

vereador e entrou para a história como o primeiro político de origem japonesa eleito fora do Japão.

A trajetória de Yukishigue iniciou-se em 1910, quando seu pai, Yoshinori, e sua mãe, Kino, desembarcaram no Brasil a bordo do navio Ryojun-Maru. O pai de Yukishigue trabalhou como carpinteiro e sorveteiro, enquanto a mãe fazia pastéis, que o filho ia vender na Praça da Sé. Era tão pobre que ia à escola sempre com um pé descalço. “Quando gastava um, usava o outro”, contou em entrevista ao repórter Aldo Shiguti, no *Jornal do Nikkei*, em 5 de setembro de 2000.

Com 11 anos, em 1926, conheceu um padre jesuíta italiano, Guido del Toro, da Igreja São Gonçalo, na Praça João Mendes. O encontro marcaria sua vida. O padre Guido dedicava-se a evangelizar os imigrantes japoneses e, para pescar as almas das crianças, distribuía balas convidando-as para ir ao catecismo. “Fui conquistado à bala”, lembra Yukishigue, que não apenas se tornou um católico entusiasmado como ainda converteu os pais. O padre ajudou a garantir uma boa educação para o menino, convencendo o reitor do Colégio do Carmo a aceitá-lo como aluno. Yukishigue saiu do colégio direto para o curso de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Em 1939, tornou-se o terceiro nissei a obter um diploma do Largo São Francisco.

Trabalhando como professor primário e advogado, virou figura fácil das delegacias, onde defendia os direitos dos japoneses, italianos e alemães presos por suspeita de espionagem. Uma vez, convenceu o delegado a soltar todos os presos políticos, mas acabou ele próprio encarcerado por dez dias. Recusou



RETRATO
Quadro a óleo de 1956, no seu primeiro mandato como deputado federal



DEPUTADO
Tamura com a primeira esposa, Ikuyo, no início de Brasília

ofertas de uma bolsa de estudos no Japão e de emprego na embaixada japonesa. “Sou advogado para conhecer o sofrimento do povo”, disse, em entrevista a Célia Sakurai mencionada no livro *Imigração e Política em São Paulo*. “Acabar com as injustiças, lutar pela liberdade e pelo direito” tornaram-se seus objetivos de vida. Quando percebeu que teria mais chances nessa luta atuando como político do que como advogado, resolveu se lançar candidato.

VOTO DOS JAPONESES

Seu primeiro adversário na política foi o preconceito dos partidos, que se recusavam a aceitar alguém de olhos puxados. “Nenhum partido queria me receber”, contou Yukishigue a Célia Sakurai. “Eu sofri muito o impacto emocional e psicológico por ser japonês.” O jeito era apelar a Deus ou, pelo menos, a um de seus representantes. Mais uma vez, entrou em cena o padre Guido, que intercedeu pelo jovem e conseguiu que ele fosse aceito como candidato a deputado



PODERES
Com o presidente Juscelino Kubitschek (ao centro) e o ex-governador Lucas Nogueira Garcez (à direita)

estadual pelo pequeno Partido Democrata Cristão (PDC), em 1947.

Recebeu forte apoio dos tintureiros, categoria dominada pelos nipônicos: quem fosse buscar um terno numa tinturaria, naquele ano, frequentemente achava vários santinhos com o nome Yukishigue Tamura nos bolsos. Mesmo assim, foi uma campanha cansativa. Não era tão fácil achar gente da comunidade apta a votar, já que muitos isseis (nascidos no Japão) não eram naturalizados. Em busca de todos os votos nipônicos disponíveis, Yukishigue percorreu mais de 100 cidades paulistas, principalmente na região noroeste.

Yukishigue ainda precisava lidar com a desconfiança dos japoneses mais velhos. “Mas esse nissei aqui

vem pedir voto da comunidade e nem sabe falar japonês?”, perguntavam. Para solucionar essa falha, contava com a ajuda da esposa, Ikuyo, com quem se casou em 1943. Ela dominava o idioma e tinha jeito para lidar com os eleitores. “Na minha carreira política, eu sou 49% e a Ikuyo, 51%”, costumava dizer para a família. No mesmo ano em que nasceu para a política, viu Ikuyo dar à luz seu filho, Aloisio.

Derrotado na eleição estadual, Yukishigue teve mais sorte no final do ano, com a disputa para vereador. Eleito em 1947, liderou uma campanha contra o confisco dos bens de imigrantes, realizado durante a guerra pelo governo federal. Deu certo: em 1951, o Estado devolveu os bens para seus donos.

A agricultura, setor que empregava a maior parte da comunidade japonesa, era outra das bandeiras defendidas.

“JESUS TE AMA”

Ao final do mandato como vereador, já havia reunido suficiente café político para trocar o nanico PDC pelo Partido Social Democrático (PSD), um dos principais da época. Eleito deputado estadual em 1951, rezava todos os dias a Oração de São Francisco de Assis em busca de inspiração para seus projetos de lei. Uma das propostas mais importantes desse período levava sua marca de católico militante: a Lei 2.658, aprovada em 1954, durante as comemorações pelos 400 anos do Município, que transferia aos jesuítas o terreno do Pateo do Collegio e previa a construção do Museu Anchieta, que seria realizada em 1979. “Segundo suas memórias, a aprovação da lei foi um processo árduo. Lembra que sofreu resistências dos protestantes, dos maçons e também dos próprios católicos, que não viam com bons olhos um filho de imigrantes, japonês, ser o autor de um projeto histórico ligado às tradições católicas e paulistas”, relata a escritora Sakurai.

A fé católica com uma pegada conservadora era uma das características mais evidentes de Yukishigue. “Ele era um católico fanático”, lembra a nora Elsa Mieko Tamura, esposa de Aloisio. Ligado à Opus Dei e à Renovação Carismática, não bebia, não fumava, vivia citando versículos bíblicos em seus discursos e gostava de presentear crianças com pulseirinhas contendo a inscrição “Jesus te ama”. Sempre engravatado, vestia-se para uma visita dos netos como se fosse ao plenário. “Ele viveu

Imigração Japonesa no Brasil

- 1908**
Chegada dos primeiros imigrantes
- 1942**
Brasil entra na 2ª Guerra contra Alemanha, Itália e Japão
- 1945**
Com fim da guerra, Shindo Renmei ataca quem reconhece derrota japonesa
- 1951**
Governo devolve bens confiscados de migrantes
- 1952**
Brasil e Japão fazem acordo de paz; imigração é retomada
- 1954**
No 4º Centenário de SP é construído o Pavilhão Japonês, no Ibirapuera
- 1967**
Visita do príncipe Akihito reúne 80 mil pessoas no Pacaembu
- 1969**
Fabio Yassuda é o primeiro nikkei a se tornar ministro.
- 2008**
Centenário da Imigração Japonesa, com visita do príncipe Naruhito

Trajetória de Yukishigue Tamura

- 2/1/1915**
Nasce em São Paulo
- 1943**
Casa-se com Ikuyo
- 1947**
Faz história ao ser eleito vereador
- 1951**
Eleito deputado estadual
- 1955 a 1969**
Deputado federal por quatro mandatos seguidos
- 1969**
Cassado pela ditadura
- 1974**
Morre a primeira esposa
- 1976**
Casa-se pela segunda vez, com Hanna Kirsch Laubé
- 1977 a 1983**
Volta à CMSP por dois mandatos
- 11/7/2011**
Morre de parada cardíaca

uma vida regrada e de bons princípios. Era uma pessoa firme, de bons propósitos e dedicada ao próximo, reto como poucos”, define Elsa.

Em 1956, em seu primeiro mandato como deputado federal, Yukishigue atuou nas negociações entre um grupo de empresários japoneses e o

governo do presidente Juscelino Kubitschek, que se uniram para criar a Usiminas, um dos maiores complexos siderúrgicos da América Latina. Enquanto os brasileiros forneciam a matéria-prima extraída do solo de Minas Gerais, os japoneses entraram com um investimento de US\$ 100 mi-

lhões. A empresa se organizou como uma joint venture, com 40% de capital privado japonês e 60% de capital estatal nacional – porcentagens sugeridas por Yukishigue. A atuação lhe rendeu o Título de Cidadão Honorário de Minas Gerais e a Medalha da Inconfidência, a maior honraria

concedida pelo governo mineiro. No Japão, recebeu os títulos Medalha do Tesouro Sagrado e doutor honoris causa em Economia da Universidade Takushoku, de Tóquio.

ELEMENTO CRIPTOCOMUNISTA

Católico conservador vivendo em

tempos de Guerra Fria, Yukishigue ficou do lado dos militares que, em 31 de março de 1964, derrubaram o presidente João Goulart e iniciaram 21 anos de ditadura. “Eles tiveram a boa intenção de democratizar este País, evitando a corrupção”, apenas pecando por não reconhecer que “uma revolução não pode se eternizar”, diria Yukishigue em 1977, em discurso no seu segundo mandato na CMSP. Ele se orgulhava de ser amigo do marechal Humberto Castello Branco, primeiro ditador do novo regime, com quem havia cursado, em 1957, a Escola Superior de Guerra – instituição que atuou como uma das articuladoras do golpe de 64. Cinco anos após o golpe, contudo, Yukishigue iria se tornar vítima do monstro que ajudara a criar.

Embora pertencesse à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido que apoiava o regime militar, Yukishigue contrariou as determinações da ditadura em momentos-chave. Em 1968, votou a favor de um projeto de anistia a estudantes e trabalhadores processados pelo governo, dizendo que “quem não sabe perdoar dificilmente saberá governar”. No mesmo ano, votou contra o pedido de licença do governo federal para processar o deputado Márcio Moreira Alves, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), autor de um discurso que havia irritado as Forças Armadas. A recusa do pedido de licença serviu de pretexto para o presidente Arthur da Costa e Silva fechar o Congresso e editar o Ato Institucional 5, que eliminou garantias individuais e iniciou a ditadura sem disfarces. Com base no AI-5, Yukishigue se viu cassado, no seu quarto mandato como deputado

Do “voto da colônia” ao voto de todos

Yukishigue Tamura foi o primeiro de muitos descendentes de japoneses que enfrentaram os preconceitos e se lançaram na política, a partir do final dos anos 40. A historiadora Célia Sakurai chama os políticos dessa primeira fase de “candidatos étnicos”, por terem sido “eleitos basicamente com os votos da colônia” e defenderem os seus interesses, principalmente em questões ligadas à agricultura, principal atividade da maioria dos nikkeis (os japoneses e seus descendentes).

A partir de 1964, surge uma nova geração de políticos com ascendência japonesa e “outros elementos começam a pesar, como a eleição a partir de categorias profissionais, em grupos específicos não necessariamente ligados à comunidade”, explica Sakurai. Àquela altura, “os candidatos nikkeis não participam das eleições pela origem étnica, mas por sua atuação na sociedade”.

Tudo começou pelo Legislativo. Depois de Yukishigue, atuaram como vereadores ou deputados nomes como João Sussumu Hirata, Diogo Nomura, Ioshifumi Utiyama, Antônio Morimoto, Antônio Ueno, Shiro Kyo-no, Jihei Noda e Hatiro Shimomoto. Em 1992, Paulo Kobayashi assumiu a presidência da CMSP e, cinco anos depois, da Assembleia Legislativa.

No Executivo brasileiro, o primeiro prefeito nissei foi Tadao Hatanaka, de Bastos (interior de São Paulo), em 1956. O primeiro a assumir um cargo de ministro foi Fábio Yasuda, que comandou a pasta de Comércio



VEREADOR • Paulo Kobayashi na tribuna da CMSP, em 1993

e Indústria, em 1969, seguido por Shigeaki Ueki, de Minas e Energia, que também presidiu a Petrobras. Em 2003, Luiz Gushiken, um dos fundadores do PT, tornou-se ministro da Secretaria de Comunicação.

Atualmente, a CMSP tem três vereadores nikkeis: Aurélio Nomura (PSDB), George Hato (PMDB) e Ota (Pros). Mas, lembra Sakurai, já não existem os “candidatos da colônia”, porque a própria comunidade nipônica, como um grupo social definido, restrito à agricultura, deixou de existir. “As coisas se diluíram bastante. A colônia japonesa mudou de face, houve muitos casamentos interétnicos e os descendentes hoje participam de todas as áreas da vida pública brasileira”, diz. Todos se tornaram, simplesmente, brasileiros.

federal, por um decreto presidencial em 16 de janeiro de 1969.

Numa ata secreta em que o presidente Costa e Silva e seus ministros discutem a cassação de Yukishigue e outros deputados (hoje disponível em www.arquivonacional.gov.br), a razão apontada para a cassação é a assinatura de Yukishigue, ao lado de outros dois deputados arenis-

tas (Antonio Sílvio Cunha Bueno e Roberto Cardoso Alves) em um manifesto contra o AI-5. Na reunião, Costa e Silva contou que se ressentia de um episódio ocorrido no ano anterior, em que Yukishigue o procurou com um pedido para ser nomeado embaixador do Japão (cabe ao presidente indicar os nomes dos embaixadores, que são aprovados pelo Senado). Cos-

ta e Silva contou que o pedido de Yukishigue viera acompanhado de um livro contendo as assinaturas de todos os senadores, o que, aos olhos do ditador, pareceu uma afronta. “Ele praticou uma inversão, pois já trazia o voto do plenário”, afirmou o presidente na reunião. Costa e Silva contou que negou o pedido e Yukishigue, após o episódio, “ficou inimigo do governo”.

Ainda nessa reunião, o presidente e seus ministros analisaram as informações fornecidas pelos serviços de informação do governo a respeito do deputado. Muitas não passavam de fantasia paranoica. Os arapongas da ditadura afirmavam, por exemplo, que Yukishigue havia sido membro da Shindo Renmei e que seria “um dos elementos criptocomunistas de maior prestígio na colônia japonesa paulista”.

Ser cassado pelo regime que ajudou a construir fez muito mal a Yukishigue, logo ele que prezava tanto a ordem (“não fui cassado nem por corrupção, nem por subversão”, dizia). Mudou para a oposição, ingressando no MDB. Mas, quando tentou lançar-se candidato, em 1970, acabou impugnado.

“VIVA CASADO E NÃO CASSADO”

Vítima de câncer de útero, a esposa de Yukishigue morreu em 1974. Ele atribuiu a morte de Ikuyo à cassação desonrosa. “A minha cassação, em 1969, acarretou a morte da minha saudosa Ikuyo. Ela morreu de tristeza, mas me deixou um legado: ‘Perdoe, saiba per-



VATICANO • Tamura em visita ao papa João XXIII: “católico fanático”



MILITAR • Yukishigue (esquerda) na Escola Superior de Guerra, em 1958, com Tancredo Neves (no meio) e Castello Branco (direita)



FAMÍLIA
O bisneto Pietro, a neta Paula Harumi e a nora do político, Elsa Mieko



LEMBRANÇAS
Hoje, objetos da família Tamura recordam Yukishigue e Ikuyo

doar”, afirmou em discurso feito na CMSP em 1977. No mesmo pronunciamento, relata que passou dois anos meditando, aprendendo a lidar com o ódio e a tristeza que a cassação do mandato e a morte da companheira haviam lhe causado. Pensou em se recolher a um mosteiro. Em vez disso, preferiu se casar de novo e voltar para a política.

As duas retomadas, segundo Yukishigue, foram um pedido de

Ikuyo, pouco antes de morrer. “Volta à política, se eu morrer, e ajuda a construir uma cidade (...). Mas antes de partir te peço: não vivas só, casa-te, reconstrói a tua família. Viva casado e não cassado! Um dia a justiça será feita”, teria dito a primeira esposa.

Seguindo os conselhos, casou-se de novo, em 1976, com Hanna Kirsch Laubé, uma gaúcha de Novo Hamburgo, também viúva, que conheceu na igreja. Ela tinha três filhos, Vitor, Carlos Eduardo e Ilzo Roberto, a quem Yukishigue se referia como “meus filhos”. “Vencido o abismo inicial decorrente de diferenças culturais e etárias (quando se casou, Yukishigue tinha 61 anos e Vitor, seu enteado mais velho, 19), que tanto nos distanciava a princípio, aprendi a conhecer e respeitar sobremaneira o meu padraço, um homem efetivamente íntegro e honesto”, conta Vitor.

No mesmo ano, Yukishigue voltou a se eleger vereador, reto-

mando a carreira política após sete anos de afastamento. Da sua segunda passagem pela CMSP, destacam-se a autoria da Lei 9.120/1980, que proibiu fumar em locais públicos como elevadores, ônibus e cinemas, e a entrega do Título de Cidadão Paulistano ao papa João Paulo II.

Em 11 de julho de 2011, Yukishigue Tamura morreu de parada cardíaca, aos 96 anos. Em uma de suas últimas entrevistas, aquela para o *Jornal do Nikkey*, contou que nunca conseguiu fazer os brasileiros pronunciarem direito o seu nome. “Chamavam-me de xique-xique, de uísque-uísque...” Pensou em trocar para Luís, o nome recebido em seu batismo católico. Desistiu após receber o conselho do pai: “Não queira mudar porque é o nome mais bonito que encontrei. Significa ‘uma felicidade crescente até a eternidade’”. **a**

SAIBA MAIS

Livros

Arigatô: a Emocionante História dos Imigrantes Japoneses no Brasil.

Jhony Arai e Cesar Mitsunobu Hirasaki. JBC, 2008.

Banzai!: História da Imigração Japonesa no Brasil em Mangá.

Francisco Noriyuki Sato e Julio Shimamoto. NSP-Hakkosha, 2008.

A Fase Romântica da Política: os Primeiros Deputados Nikkeis no Brasil. Célia Sakurai (capítulo do livro *Imigração e Política em São Paulo*). Sumaré, 1995.

O Nikkei no Brasil. Kiyoshi Harada (organização). Atlas, 2008.

Corações Sujos. Fernando Morais. Companhia das Letras, 2000.

Site

<http://imigracaojaponesa.com.br>

VIOLÊNCIA
Investigação de vereadores
identificou exploração de crianças
em vários pontos da cidade

Muitos envolvidos, nenhum responsável

Relatório de CPI propõe que uma secretaria centralize e responda pelas ações sobre a exploração sexual de menores

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

As crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade sexual da capital são monitorados por um grande número de órgãos e organizações de policiamento, direitos humanos, assistência social e saúde. Mesmo com esse controle, vários jovens estão desprotegidos, à mercê de uma das piores formas de trabalho infanto-juvenil: a venda de relações sexuais. O motivo, detectado pela Comissão Parlamentar de

Inquérito (CPI) da Exploração Sexual Infantil (ESI) da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), após oito meses de trabalho, é a inexistência de um órgão que centralize e articule todas as ações sobre o tema.

“Hoje, se chamarmos todas as entidades que tratam desse assunto, dá para encher o plenário da Câmara. É uma situação cuja necessidade de combate é unanimidade, mas, ao mesmo tempo, quem cuida?”

EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL

Quem é a inteligência? Qual o órgão do governo? Não é obrigação de ninguém”, diz o presidente da CPI, vereador Laércio Benko (PHS).

Nos 240 dias que durou a comissão de inquérito, Benko, o vice-presidente Ricardo Nunes (PMDB), a relatora Patrícia Bezerra (PSDB) e os vereadores Alfredinho (PT), Ari Friedenbach (PROS), Calvo (PMDB), Coronel Camilo (PSD), Ota (PROS) e Marquito (PTB) ouviram 15 órgãos e entidades ligados ao governo.



Fábio Lazari/CMSP

CONCLUSÃO
Vereadores Ota, Calvo, Ari Friedenbach, Laércio Benko, Ricardo Nunes, Alfredinho, Patrícia Bezerra e Marquito votam relatório final da CPI

Como resultado, apresentaram em dezembro do ano passado um relatório recomendando que a Prefeitura atribua à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania a responsabilidade pelo enfrentamento e combate à ESI, uma vez que a unidade já tem a incumbência de coordenar e articular políticas sobre crianças e adolescentes no Município, interagindo com o Estado e a União em nome da Prefeitura. “Se a atribuição for feita, em três ou quatro anos diminuiríamos em 95% a exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade”, aposta Benko.

A desarticulação vista hoje na capital paulista é agravada pela complexidade do tema. A supervisora de Assistência Social na Regional Vila Maria e Vila Guilherme da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads), Iria de Nazaré Pinto, descreveu para a CPI o caso de uma provável negociação de programa sexual entre uma garota e um caminhoneiro na Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp). Sua equipe presenciou a cena e não denunciou aos policiais presentes no local. A revelação chocou a vereadora Patrícia Bezerra: “Uma menina se encaminha para o caminhão, vai ser explorada e não se faz nada? Com posto policial do lado?”. Iria Pinto explicou que o procedimento é habi-

tual, porque sua secretaria prioriza o trabalho de observar e identificar para prevenir novos casos.

A secretária municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Luciana Temer, informou à CPI que a abordagem realizada pela equipe de sua pasta não tem foco na exploração sexual infantil, mas admite que fazer a denúncia teria sido uma obri-

gação moral de qualquer cidadão. “Nós precisamos atender mais e melhor essas crianças vítimas de abusos. A gente tem repensado todos os serviços da Secretaria”, disse Luciana.

Mesmo quando há denúncia, pode ser difícil caracterizar a exploração sexual de menores. Alguns deles não colaboram com o sistema de proteção por não se sentirem

vítimas, o que dificulta a prisão em flagrante. O trabalho de inteligência da polícia é agravado pelo limite de horário, até as 22 horas, determinado pela Smads para abordagem dos meninos e meninas nas ruas. “Esse pode ser considerado o ponto cego que impede a confirmação das ocorrências nos pontos vulneráveis”, diz o relatório da CMSP.

Exploração 24 horas

“No Parque do Carmo, que fica em São Mateus (com área equivalente a 1500 quarteirões) e é muito escuro, é 24 horas a exploração contra adolescentes. Mas é muito difícil atingi-los. Não se sentem vítimas, não querem ser atendidos pela rede de proteção, seja da Saúde, seja da Assistência Social.”

Fabiana de Gouveia Pereira,

psicóloga da Secretaria Municipal de Assistência Social

Trecho de depoimento à CPI da Exploração Sexual Infantil, em 4/4/13



Ricardo Rocha/CMSP

Caso suspeite de violência sexual infanto-juvenil,

DENUNCIE

☎ Disque 100

O Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes atende todos os dias, das 8h às 22h, e é coordenado e executado pelo governo federal. As notificações são encaminhadas a órgãos de defesa e responsabilização em 24 horas. A identidade do denunciante é mantida em sigilo. O serviço também dá informações sobre os conselhos tutelares e pode ser acessado online: www.disque100.gov.br.

☎ Disque 0800 770 5698

Serviço oferecido pelo Sinthoresp, sindicato dos trabalhadores em hotéis e restaurantes da capital paulista e região, para denunciar a exploração sexual e o trabalho infantil.

Conselhos Tutelares

Analisam as notificações e podem visitar as famílias. Levam as denúncias procedentes ao Ministério Público.

Varas da infância e da juventude

Recebem as denúncias nos municípios em que não há Conselhos Tutelares.

Órgãos alternativos

Delegacias de proteção à criança e ao adolescente e delegacias da mulher.

Fonte: Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Sinthoresp

Melhor atendimento às vítimas

“Temos, nos acolhimentos, jovens que saíram das mais diversas situações e que às vezes acontece (relação sexual), na própria casa (abrigo). Não se sabe quando é curiosidade sexual, porque tem jovens de 15, 16 anos lá, que acabam se relacionando sexualmente, e quando é, de fato, um abuso. Seja uma situação ou outra, tem de ser tratada com a mesma seriedade por nós, pelo Ministério Público e pelo Judiciário, sempre numa parceria.”

Luciana Temer, secretária municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Trechos de depoimento à CPI da Exploração Sexual Infantil, em 20/6/13



Fábio Lazari/CMSP

Para brasileiros e estrangeiros

A lei federal 11.577/2007 exige que alguns estabelecimentos afixem letreiro, em português, inglês e espanhol, com número de telefone para denunciar anonimamente a exploração sexual e o tráfico de crianças e adolescentes.

A legislação atinge bares, lanchonetes, restaurantes, centros de hospedagem, recreativos, casas noturnas, salões de beleza e outros locais voltados à estética, agências de modelos, casas de massagem, saunas, postos de gasolina e demais locais de acesso público próximos a rodovias e academias de fisiculturismo, dança e ginástica ou atividades físicas correlatas. O cartaz deve estar em local visível e com letras grandes, para permitir a leitura a distância.

Outro exemplo da ineficiência do processo é o uso das 100 câmeras de monitoramento instaladas na cidade pela Guarda Civil Metropolitana (GCM). Os aparelhos são compartilhados pela fiscalização viária, que determina a localização de 60% deles, pelos serviços de proteção a menores e pela polícia militar. Porém, segundo o vereador Ricardo Nunes, os pontos mais conhecidos de exploração sexual infantil, como o Parque Ibirapuera, não têm nenhuma câmera. Em fala aos vereadores da CPI em outubro passado, Espedito Marques de Souza, inspetor e chefe da Central de Monitoramento da GCM, disse ser possível reposicionar até 10% das câmeras para os locais apontados pela comissão de inquérito. Quatro delas já estariam reservadas para o Ibirapuera.

Os vereadores fizeram diligências noturnas na Rua Augusta, Avenida Indianópolis, Parque Ibirapuera e no Itaquerão. Nas redondezas do futuro estádio do Corinthians, na zona leste, encontraram meninas em situação de exploração sexual e visivelmente drogadas. A existência de ilegalidades nesse local foi confirmada por Matt Roper e Jota Roxo, repórteres do tabloide inglês *Sunday Mirror* que colaboraram com a CPI. Eles captaram imagens e gravações em que as menores relatam

SEQUELA

“Vítimas têm dificuldade de ligação afetiva”, diz Juliana Petroceli, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos



Abusos dentro dos abrigos

“Nós temos muitas crianças sendo exploradas; e há abusos dentro dos nossos abrigos. Tem abrigo ao qual, dependendo da situação, a gente evita de levar a criança porque, com certeza, ela será violentada sexualmente. Todos os conselheiros sabem disso. Se eu faço o atendimento de uma menina que se perdeu de uma mãe e veio parar no Conselho, eu jamais colocaria essa criança lá, pela complexidade da configuração. Você tem adolescentes em situação de rua, tem questão de drogadição. Mas não significa que em outros abrigos isso também não se reproduza. O Conselho Tutelar recebe e fiscaliza denúncias de outras entidades. Tem denúncia de suposta violência, suposto aliciamento sexual.”

Fernando Rodrigo Prata, conselheiro tutelar da região da Vila Mariana
Trecho de depoimento à CPI da Exploração Sexual Infantil, em 12/9/13



EDUCAÇÃO
Vereador Eduardo Tuma criou semana de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil

como fazem programas, principalmente, com funcionários da obra.

O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, com as conclusões, sugestões e súmula das apurações, foi entregue ao prefeito Fernando Haddad (PT), ao Ministério Público e à Procuradoria-Geral

de Justiça, para que executem ou fiscalizem, de acordo com as suas competências, medidas para minimizar a mercantilização de vulneráveis em São Paulo. Benko promete acompanhar os próximos passos: “Vou cobrar o Executivo”.

Também ouvida pela CPI, a coordenadora do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Juliana Marques Petroceli, contou que as vítimas de exploração sexual podem ter sequelas físicas, dificuldade de ligação afetiva, tendência a sexualizar os futuros relacionamentos, abalo na autoestima, além de desenvolver o uso de substâncias ilícitas e entrar na prostituição.

Segundo o Código Penal brasileiro, submeter, induzir ou atrair à exploração sexual, além de facilitar o crime ou dificultar que o menor de 18 anos abandone a

prática, pode levar a reclusão de até dez anos, além de multa.

DIA DE ENFRENTAMENTO

Em janeiro de 2014, Haddad sancionou a Lei 15.965/2014, do vereador Eduardo Tuma (PSDB), que cria a Semana Municipal de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil nos sete dias anteriores a 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Durante a semana, serão intensificadas em São Paulo as campanhas de conscientização sobre o tema, particularmente no sistema de ensino público infantil, com possíveis parcerias público-privadas. O objetivo é estimular as denúncias e auxiliar no combate ao problema.

SAIBA MAIS

Cartilha do governo federal sobre a violência sexual infantil. – disponível em <http://goo.gl/Qao7s>

Mais fiscalização e menos burocracia

CPI quer facilitar a emissão de licenças de funcionamento

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Após nove meses de trabalho, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para analisar a situação dos estacionamentos da cidade concluiu que a grande maioria desses locais está irregular e não paga impostos. Segundo os membros da Comissão, os principais responsáveis pela situação ilegal são a burocracia e a falta de fiscalização por parte do Poder Público.

“Nos últimos 15 anos, houve uma legislação cada vez mais restritiva, os estacionamentos se concentraram apenas onde há mais demanda, cobrando preços abusivos, entrando em áreas públicas”, informou o relator da CPI, vereador Laércio Benko (PHS). “Não existe fiscalização e a cidade perde com isso”, reconheceu o vereador Reis (PT), presidente da Comissão.

De março a dezembro, a CPI para Averiguar Irregularidades no Funcionamento de Estacionamento de Veículos na Cidade de São Paulo fez diligências

em estabelecimentos de diversos bairros, ouviu flanelinhas e proprietários de estacionamentos, analisou documentos e realizou uma audiência pública com representantes do setor. A Comissão foi composta pelos vereadores Reis, Conte Lopes (PTB) – vice-presidente, Noemi Nonato (PROS), Calvo (PMDB), Ricardo Nunes (PMDB), José Police Neto (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Vavá (PT) e Laércio Benko.

Dos 79 estabelecimentos diligenciados, 66 não apresentaram alvará de funcionamento e três ocupavam espaços públicos irregularmente. Uma das diligências foi realizada na região da Avenida Faria Lima, após a imprensa ter denunciado que flanelinhas estavam intimidando os motoristas. Robson Candeia trabalha em uma empresa do bairro e confirmou a situação. Ele e seus colegas de trabalho não pagam os guardadores, e isso já levou a discussões e até ameaças. “Quebraram

IRREGULARIDADES
Dos 79 estabelecimentos diligenciados, 66 não apresentaram alvará

o carro de um amigo meu”, contou ao portal da Câmara.

Moradores da região também confirmam as denúncias. Um deles, que preferiu não se identificar, afirmou que, contrariados, os flanelinhas ameaçam. “Querem saber que horas saímos e chegamos, dizem que determinadas vagas são deles”, revelou. Segundo o morador, o serviço funciona de maneira semelhante a um valet de restaurante: as pessoas entregam as chaves dos carros aos guardadores, que estacionam

em ruas próximas e devolvem o veículo na porta do escritório ao serem chamados por telefone.

Os vereadores encontraram apenas um dos três flanelinhas que trabalham na Rua Elisa Pereira de Barros, próxima à Faria Lima. Dario de Oliveira afirmou que atende moradores e funcionários, manobra carros e guarda as chaves, porém não confirmou que reserva vagas e estabelece um valor fixo para estacionar naquela rua. “Vejo com cada um a situação pra ser boa para os dois lados; não estou fazendo nada de errado”, defendeu-se, negando fazer ameaças. Sob sua guarda havia seis chaves de veículos. Dario foi ouvido pelos vereadores e liberado.

PROPOSTAS

Representantes da Prefeitura paulistana, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Secretaria Municipal de Finanças foram à audiência pública, realizada em 24 de outubro na Câmara Municipal de São Paulo. Durante os debates, o presidente do Sindicato das Empresas de Garagens e Estacionamentos do Estado de São Paulo (Sindepark), Marcelo Alvim Gait, informou que na cidade existem cerca de 6 mil estacionamentos (desde simples terrenos até organizações complexas, em centros comerciais ou médicos), mas apenas 1.500 são filiados à entidade. Ele explicou que é fácil abrir um estacionamento, o difícil é regularizá-lo. Gait também se queixou de que muitas vezes a Prefeitura e o Corpo de Bombeiros exigem documentos que não são responsabilidade do proprietário do estacionamento, mas do dono do imóvel. “Espero que a gente consiga ter esse alvará em função de documentos pertinentes à nossa



INVESTIGAÇÃO
Vereadores apuram denúncia sobre flanelinhas

atividade, e não ao prédio.”

A CPI não se limitou a apontar problemas, também mostrou soluções. Por solicitação da Comissão, a TV Câmara passou a exibir uma campanha incentivando os paulistanos a pedirem a nota fiscal quando deixarem seus carros no estacionamento. Também foram enviadas sugestões à Prefeitura para melhorar a fiscalização.

Um projeto de lei, que será apresentado aos outros vereadores, está anexado ao relatório final da Comissão. Nele há medidas para desburocratizar a emissão de licenças para os estacionamentos funcionarem. “Precisamos legalizar a cidade”, afirmou o vereador Reis. 

SAIBA MAIS

Documento

Relatório da CPI dos Estacionamentos, disponível em www.camara.sp.gov.br.

Paulistanos do mundo inteiro

Honraria reconhece trajetória de notáveis nascidos fora da capital

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Ele é nascido em uma pequena vila da África do Sul, ganhou o Prêmio Nobel da Paz, viveu e morreu em seu país como um respeitado líder. Desde 1990, é também um cidadão paulistano honorário. Há seis décadas, Nelson Mandela e outras personalidades que não nasceram em São Paulo, mas prestaram grandes serviços à humanidade ou à sociedade brasileira, podem compartilhar simbolicamente a mesma cidadania dos paulistanos.

Para conceder um Título de Cidadão Paulistano (TCP), o vereador da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) deve apresentar Projeto de Decreto Legislativo e receber voto favorável de, pelo menos, 37 parlamentares em votação única. É necessário comprovar a concordância do possível homenageado ou de seu representante. Também é preciso anexar a biografia do futuro cidadão paulistano, para mostrar que é digno da honraria, além de certificar que ele não está no exercício de cargos ou funções executivas. Cada vereador pode conceder até oito honrarias – entre elas o TCP – ao longo dos quatro anos do mandato.

Desde os anos 1950, ganharam o título personagens como o maestro carioca Villa-Lobos, o jornalista paraibano Assis Chateaubriand, o escritor baiano Jorge Amado, o reverendo norte-americano Martin Luther King Junior, o médium mineiro Chico Xavier, o rei do baião pernambucano, Luis Gonzaga, o ex-jogador mineiro Pelé, o professor pernambucano Paulo Freire, o ator mineiro Lima Duarte e a cantora baiana Daniela Mercury.

Em 2007, ao receber sua cidadania paulistana, Lima Duarte, nascido em Sacramento (MG), fez um discurso emocionado: “Minha relação com São Paulo é de um amor quase físico, pedra por pedra, paralelepípedo por paralelepípedo, esquina por esquina, bonde por bonde, mulher por mulher, luz... Tudo nesta cidade foi feito por mim”. O ator mudou-se para São

Paulo aos 15 anos, sozinho, por ordem do pai e transportado em um caminhão de manga. Nos primeiros dias, dormiu na rua, em frente ao Mercado Municipal, que acha “lindíssimo”.

A despeito de unanimidades como Lima Duarte, o título de cidadão paulistano já foi alvo de polêmica ao homenagear, por exemplo, o presidente da Federação Internacional de Futebol (Fifa), o suíço Joseph Blatter. A honraria foi recebida em 2013 por seu representante, o secretário-geral da entidade, Jérôme Valcke, sob protestos de populares que questionavam a realização da Copa do Mundo no Brasil. Outro ponto fora da curva é o médico Roger Abdelmassih, renomado especialista em reprodução assistida que acabou condenado em 2010 por abusar sexualmente de suas pacientes. Ele recebeu o TCP em 2002, mas a homenagem foi revogada em 2009.

De modo geral, os homenageados costumam trazer muitos admiradores às sessões em que recebem a cidadania honorária.

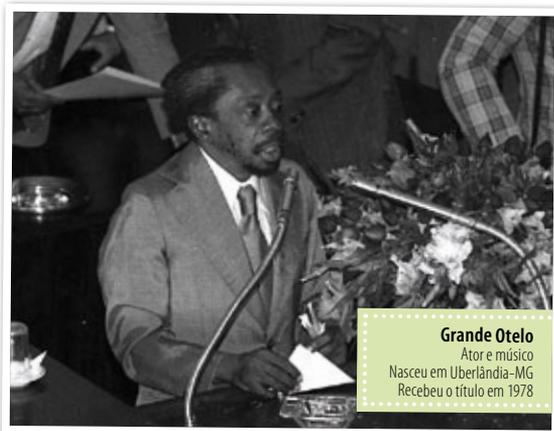
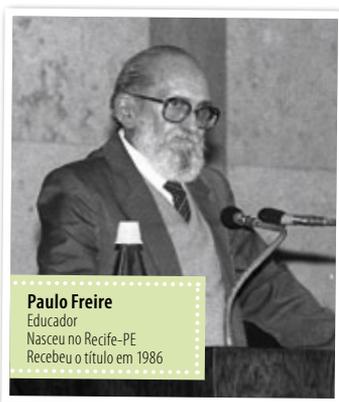
A chefe do Cerimonial da CMSP, Cecília de Arruda, conta que as solenidades já lotaram, simultaneamente, dois auditórios da Câmara, que, somados, têm cerca de 600 assentos. “Trata-se de um título que só a Câmara Municipal pode dar. Por isso, quem recebe, seja uma excelência nas Artes, Direito, Medicina, Esporte ou em tantas outras áreas, tem um mérito muito grande, fica honrado pelo reconhecimento de sua importância para a nossa cidade, que é a maior da América Latina”, diz a cerimonialista. 

CONSTRUÇÃO
Lima Duarte mudou-se para a capital aos 15 anos e sente que ajudou a construí-la: “É um amor quase físico”



HOMENAGEM

Algumas personalidades que receberam o TCP



Fotos: Arquivo CUSP

Especializada nas questões paulistanas

Acervo da biblioteca da Câmara está disponível a qualquer interessado em entender melhor a cidade

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Com 460 anos, São Paulo coleciona muitas histórias, vários problemas e inúmeras soluções. Grande parte desses aspectos está registrada nos mais de 22 mil livros da biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Os textos podem ser acessados por vereadores, servidores e estagiários. Quem não é funcionário precisa fazer a consulta no local, onde é possível tirar fotocópias.

O acervo inclui livros técnicos, de literatura nacional e estrangeira, jornais, revistas e publicações em braile, como a Constituição Federal e contos de Artur Azevedo. Por dia, cerca de 50 pessoas visitam o espaço, a maioria para ler jornais ou as revistas da semana. “Também vêm aqueles que desejam estudar e os alunos de mestrado e doutorado”, diz a supervisora da biblioteca, Roseli Sobral.

Raimundo Nonato Alves Cavalcante, ex-funcionário da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), é frequentador assíduo. “Venho desde 1989 para me manter informado; a qualidade do acervo é muito boa e o ambiente é acolhedor”, garante Cavalcante. Ele também frequenta outras bibliotecas públicas, mas diz que prefere a da Câmara.

A biblioteca da CMSP foi criada em 17 de outubro de 1907, por determinação do prefeito Antônio da Silva Prado, para ser utilizada pelos vereadores e pelos funcionários das repartições municipais. Era composta por livros de ciências, artes e legislação e ficava na Rua do Tesouro (Centro). Também funcionou em outros endereços até que, em

ACERVO
Biblioteca tem mais
de 22 mil volumes

Obras recém-chegadas

A Dinastia do Rádio Paulista,
de Thais Matarazzo Cantero
e Valdir Comegno

**A informação: Uma História,
Uma teoria, Uma Enxurrada,**
de James Gleick

**Chorando na Garoa:
Memórias Musicais de
São Paulo,** de José de
Almeida de Amaral Junior



Iconografia Paulistana,
de Gustavo Piqueira

**Memória, História, Imagem:
A Presença do Espanhol em
São Paulo; Primeira Metade
do Século XX,** de Manoel Belloto
e Neide Marcondes

**Método e arte:
Urbanização e
Formação Territorial
na Capitania de São
Paulo, 1765-1811,** de
Maria Fernanda Derntl



**Paulicéia Afro: Lugares,
Histórias e Pessoas,** da
Coordenadoria dos Assuntos
da População Negra

**Saídas de Emergência: Ganhar/
Perder a Vida na Periferia de
São Paulo,** de Robert Cabanes

**DINAMISMO • Para Cruz, “a biblioteca
não é museu, é um órgão vivo”**



Ricardo Rocha/CMSP



Ricardo Rocha/CMSP

LEITURA • Funcionários e visitantes frequentam a biblioteca

1969, com a inauguração do Palácio Anchieta, foi transferida para a nova sede do Legislativo paulistano.

“NÃO É MUSEU”

No acervo, há obras bem antigas, como uma edição portuguesa de *Dom Quixote de la Mancha*, de 1876, e as edições de 1857 e 1858 do *Almanak*, um guia de serviços públicos, da indústria e do comércio na capital e nas comarcas da Província de São Paulo.

A biblioteca da CMSP tem as transcrições das atas e dos anais da Casa desde 1562. Todas podem ser lidas em papel, embora grande parte já esteja digitalizada. O secretário de Documentação da Câmara, bibliotecário Ângelo Caio Monteiro da Cruz, afirma que há planos para digitalizar e disponibilizar na internet todo esse material.

Grande parte dos livros antigos foi doada à biblioteca em 1974, pelo advogado, historiador, escritor e ex-deputado federal constituinte Aureliano Leite, eleito em 1946. Ele doou cerca de 10 mil volumes que tratam, principalmente, da cultura histórica brasileira, reunindo quase tudo o que foi escrito sobre as revoluções brasileiras de 1924, 30 e 32.

Apesar de possuir importante acervo histórico, Cruz faz questão de ressaltar que a biblioteca “não é museu, um depósito”. Ele afirma que o acervo está sempre se renovando,

com a compra de obras recém-lançadas. “A biblioteca é um órgão vivo”, ressalta. O secretário explica que os frequentadores são consultados e, com as informações sobre suas preferências e necessidades, a intenção é ampliar o acervo. Entre as aquisições recentes, destacam-se *São Paulo Metrópole das Utopias: Histórias de Repressão e Resistência no Arquivo Deops*, de Maria Luiza Carneiro, *Um Olhar sobre São Paulo*, de Ricardo Viveiros, e *Um Batuque Memorável no Samba Paulistano*, de Carlos Antonio Gomes (veja outros títulos no box ao lado). A lista completa das obras está no portal www.camara.sp.gov.br.

Cruz, que também é responsável pela documentação e pelo arquivo da CMSP, está animado com o projeto que pretende transferir a biblioteca para o térreo do Palácio Anchieta. A expectativa é que haja um aumento de 50% no número de usuários, chegando a mais de 100 por dia. “Nossa visibilidade vai crescer, seremos um ponto de encontro”, anima-se. 

SERVIÇO

Biblioteca da CMSP

Viaduto Jacaré, 100 - Bela Vista
2º andar, Sala 207

Telefones: 3396-4331, 3396-4741,
3396-4550 e 3396-4454

Horário de funcionamento: de
segunda a sexta, das 10h às 18h30

REGISTRO
Vereadores descerram placa
que homenageia cassados

Um viva à democracia

Vereadores cassados por ações autoritárias têm mandatos restituídos em solenidade

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

Viva a democracia”, saudou Moacir Longo, 83 anos, encerrando a sessão solene de 9 de dezembro, realizada pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) para restituir simbolicamente os mandatos de 42 vereadores cassados por ações autoritárias, entre 1937 e 1969.

Nessa noite, Longo atuou como presidente na segunda metade da sessão solene. Nem parecia que, 49 anos antes, um dia após o golpe militar de 31 de março de 1964, o mesmo Longo, então vereador, havia sido obrigado a fugir da Câmara, escondido em um carro, para não ser preso pela polícia.

Para o ex-vereador, a democracia que saudou em sua fala é uma menina ainda, uma moça mal saída dos 25 anos. Ele defende que o regime democrático, com respeito à liberdade política, só começou a ser construído no País a partir da Constituição de 1988. E

olhe lá. “Ainda temos que avançar muito na construção da democracia, não apenas política, mas social.”

Para Longo, não houve “redemocratização” após o fim da ditadura, simplesmente porque não existiu regime democrático antes, fosse no período monárquico, na República Velha ou mesmo após o fim do Estado Novo. “Tivemos democracia de 1946 a 1964, quando houve todas essas cassações denunciadas aqui hoje? Não tivemos”, disse. “A noite de hoje é importante para as novas gerações tomarem conhecimento de que no Brasil nunca houve democracia de fato para todos; neste País sempre reinou a opressão a todas as oposições”, criticou Longo durante a sessão.

Um dos exemplos das imperfeições do regime democrático brasileiro estava sentado à esquerda de Longo: Armando Pastrelli, 95 anos. Eleito vereador em 1947, teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleito-

ral (TSE). Quando tentou entrar na Câmara para ver a posse dos colegas, em 1º de janeiro de 1948, foi barrado na porta. Agora, Pastrelli estava de volta à Casa, presidindo a primeira metade da sessão de restituição de mandatos. “Eu me sinto muitíssimo honrado em ver que me fizeram justiça”, afirmou.

Em sua fala, Pastrelli lembrou que a cassação do mandato parlamentar foi apenas uma das várias perseguições que enfrentou. Por ter sido membro do clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB), passou a ser abordado o tempo todo pela polícia e enfrentou dificuldade até para arrumar emprego. Para fugir da perseguição, resolveu trabalhar no Amapá. Mesmo lá, foi alcançado pela chegada de um cartão de Natal enviado pelo líder comunista Luís Carlos Prestes, o qual despertou comentários de como Pastrelli seria “perigoso”. Cansado, abriu uma oficina para consertos de máquinas gráficas que, após alguns anos, tornou-se uma indústria bem-sucedida, transformando o antigo operário em patrão. “Fiquei ligado à burguesia, peguei idade



RESTITUIÇÃO • Com família e vereadores, Moacir Longo é homenageado no plenário

e gozei um pouco dos benefícios que a riqueza traz”, lembrou.

LEMBRANÇAS DE FAMÍLIA

Homenagens como esta permitem “reescrever a história”, afirmou o vereador Orlando Silva (PCdoB), ao lembrar que a comunista Elisa Kauffmann Abramovich, até então considerada uma candidata eleita e não empossada, agora passava a ser oficialmente reconhecida pela CMSP como a primeira vereadora em São Paulo. O parlamentar Gilberto Natalini (PV) disse que o evento ajudaria a lembrar a todos da necessidade de rejeitar soluções autoritárias para os problemas da

política. “Só o aprofundamento da democracia pode consertar os erros da própria democracia”, afirmou.

Além de Longo e Pastrelli, únicos vivos entre os cassados, a cerimônia também contou com a participação das famílias dos antigos vereadores, que receberam diplomas simbólicos de restituição de mandato. “Meu avô ficaria feliz ao ver o reconhecimento da Câmara Municipal de São Paulo, a mais importante do País, num evento pró-democracia como este”, afirmou Luiz Antônio Marrey, procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo e neto de José Adriano Marrey Junior, vereador cassado em 1937, com o fechamento de todas as casas legislativas pelo Estado Novo.

“Foi feita justiça”, disse Sônia Maria Dias Carvalho Simões, viúva de Benone Simões, comunista cassado em 1947. “Meu marido dizia que havia lutado o bom combate, deixando suor e lágrimas. Nunca se arrependeu de nada.”

Outro filho de comunista cassado em 1947, Hermes Ubiratan Chade disse que o evento foi uma boa homenagem ao pai, Calil Chade, e às lembranças que deixou. “O que a vida dele passou para mim é que o mais importante é a luta pelos nossos sonhos e ideais”, recordou. 

HOMENAGEM

Vereadores José Américo e Orlando Silva entregam diploma a Armando Pastrelli



Acompanhe as atividades da Câmara e conheça o trabalho dos vereadores

Pela TV:

Canal 61.4 (aberto digital – 24h)

Canais a cabo 7 (digital) e 13 (analógico) NET, das 13h às 20h

Pela internet:

www.tvcamara.sp.gov.br



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

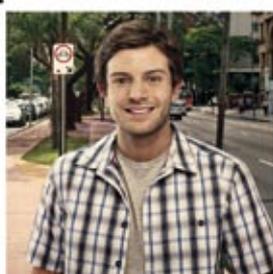


O novo Plano Diretor vai reorganizar São Paulo.



Com a sua ajuda, os vereadores paulistanos vão definir a cara da cidade para os próximos dez anos.

Eles vão debater e votar os rumos do crescimento econômico, da mobilidade urbana, do saneamento, da habitação, entre outros. E como isso afeta a todos, a Câmara quer a sua participação.



Acompanhe o debate em:

www.camara.sp.gov.br/planodiretor



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**